

Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Ed Alves/CB/D.A. Press



Bancada da CPMI

Quatro deputados do Distrito Federal assinaram o requerimento para a instalação da CPMI dos Atos Golpistas no Congresso: Alberto Fraga (PL), Bia Kicis (PL), Fred Linhares (Republicanos) e Júlio César Ribeiro (Republicanos). Entre os senadores, Izalci Lucas (PSDB) e Damares Alves (Republicanos) apoiaram a investigação sobre a invasão e a depredação na Praça dos Três Poderes em 8 de janeiro. De autoria do deputado André Fernandes (PL-CE), aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro, o pedido de abertura da CPMI tem 189 assinaturas na Câmara e 33 no Senado. O próprio Fernandes é alvo de um pedido da Procuradoria-Geral da República de investigação no STF por supostamente financiar os atos golpistas.

Instagram/Reprodução



Vinho com Sergio Cabral

Depois de seis anos na cadeia, o último preso da Lava-Jato retoma a vida como qualquer cidadão. E ainda, para alguns, com o selo de “injustiçado”. Na última sexta-feira, o ex-presidente do Conselho Federal da OAB Felipe Santa Cruz postou no Instagram uma foto ao lado do ex-governador do Rio Sergio Cabral com a seguinte mensagem: “Tantos anos de injustiças. O prazer de tomar um vinho com meu amigo Sergio Cabral”. Depois o post foi apagado.

Projeto prevê regras para teletrabalho

O deputado distrital Rogério Morro da Cruz (PMN) apresentou Projeto de Lei Complementar para assegurar as condições legais para a regulamentação do teletrabalho na administração pública do Distrito Federal. Segundo a proposta, as atribuições dos servidores públicos poderão ser executadas de forma remota. Na semana passada, a governadora em exercício Celina Leão (PP) revogou o decreto que permitia o teletrabalho por causa da pandemia.

Ed Alves/CB/D.A. Press



Aniversário no trabalho

A governadora em exercício Celina Leão (PP) fez aniversário na semana passada em grande estilo. Recebeu várias homenagens. Mas passou o dia trabalhando.

Silêncio

O governador afastado Ibaneis Rocha (MDB) tem optado pelo silêncio. Há duas semanas, não se manifesta publicamente nem pelas redes sociais. Na última postagem, ele disse que confiava na Justiça. Nesta semana, o afastamento completa dois meses.



Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



MANDOU BEM

A ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, foi eleita pela revista *Time* como uma das 12 mulheres do ano em 2023. É a primeira brasileira a figurar na lista da revista. Anielle é descrita como a irmã de Marielle Franco, assassinada em 2018, que mudou totalmente de vida, entrou para a política e assumiu o papel de luta pela justiça a esse crime bárbaro que completará cinco anos.



MANDOU MAL

Pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública aponta que todos os tipos de violência contra brasileiras aumentaram no ano passado. Cerca de 7,4 milhões (11,6%) foram agredidas fisicamente. No caso da ofensa verbal, o estudo mostra que chegou a pouco mais de 23% das brasileiras. Os ex-parceiros são apontados como os principais agressores, seguidos dos atuais companheiros.

Acordo para receber precatórios

A Procuradoria-Geral do Distrito Federal iniciou a 10ª Rodada do Acordo Direto de Precatórios, para pagamento de títulos emitidos pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) até 2 de abril do ano passado, em que o Distrito Federal, suas autarquias ou fundações constem como devedores. O prazo para participar vai até 24 de março e os credores que aderirem vão receber ainda neste semestre. Para os pagamentos dessa rodada, serão destinados R\$ 300 milhões.

Bom para o devedor e para o credor

Desde a realização da primeira rodada, em 2018, foram pagos mais de R\$ 730 milhões em precatórios, sendo que o Acordo Direto já viabilizou, por meio da aplicação dos descontos, uma economia de R\$ 285 milhões aos cofres públicos distritais.

Da equipe de Flavia Arruda para o governo de Goiás

Maria Caroline Fleury de Lima, secretária especial de Assuntos Parlamentares da Secretaria de Governo da Presidência da República na gestão de Flávia Arruda, assume amanhã uma função no governo de Goiás. Ela foi nomeada por Ronaldo Caiado (União) como titular da recém-criada Secretaria de Estado do Entorno do Distrito Federal (SEDF). Caroline também trabalhou como assessora parlamentar do ex-deputado Tadeu Filippelli.



ENQUANTO ISSO... NA SALA DE JUSTIÇA

No depoimento à CPI dos Atos Antidemocráticos, o delegado da Polícia Federal Fernando Oliveira, que estava à frente da Secretaria de Segurança em 8 de janeiro, levantou dúvidas sobre uma possível sabotagem da Polícia Militar do DF que permitiram os atos de vandalismo na Praça dos Três Poderes. “As ações acordadas (com a PM) na sexta-feira não foram cumpridas. Houve um erro de execução da PM, o Departamento de Operações (DOP) da PM era o responsável e não foi realizado. Posteriormente, no relatório do interventor, ficou demonstrado que sequer havia um plano”, disse Oliveira. E acrescentou: “Não posso fazer o juízo de valor, mas houve certa passividade de alguns. Eu li os planejamentos anteriores, que eram praticamente idênticos. O planejamento foi cumprido em 7 de setembro, no dia da diplomação do presidente eleito e também na posse do presidente Lula. O que precisamos saber é por que não foi executado no dia 8, inclusive me repassaram a informação de que o efetivo estava maior do que costumamos empregar, mas, na verdade, foi menor”.

“Não bastasse ter se tornado um vendedor de nióbio, cloroquina e calendários, agora Bolsonaro soma ao seu currículo a suspeita de contrabando de um colar avaliado em 15 milhões. Essa família não presta”

Deputada federal Érika Kokay (PT-DF)

“Quer dizer que eu tenho tudo isso e não estava sabendo? Meu Deus! Vocês vão longe mesmo hein?! Estou rindo da falta de cabimento dessa imprensa vexatória”

Ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro



SÓ PAPOS



Arthur Menezes/Exp. CB/D.A. Press



Isac Nóbrega/PR



Minervino Júnior/CB/D.A. Press



À QUEIMA-ROUPA

DÉLIO LINS E SILVA JÚNIOR
Presidente da OAB-DF

“A principal causa (dos casos de feminicídio), a meu ver, é machismo estrutural, e temos visto uma banalização da violência em comportamentos que se ampliam por meio de redes sociais”

A OAB/DF lançou uma campanha pela autonomia do DF. Acredita que há risco desse retrocesso?

Sim, e o fato é que não podemos correr nenhum risco. Tivemos o anúncio, no Senado Federal, de uma Proposta de Emenda à Constituição

(PEC) para a federalização da segurança pública do DF devido às invasões que ocorreram nas sedes dos poderes da República. Propostas do tipo já foram apresentadas antes, mas estamos trabalhando para que nada nessa linha prospere, pois o DF sempre foi exemplo para o país em muitas áreas e o oportunismo político do momento de fragilidade não pode servir de estopim para a pretendida alteração.

Qual seria o impacto da federalização da gestão da capital?

A perda na autonomia de gestão

geraria um prejuízo para a nossa população de um recurso financeiro que, apenas neste ano, é da ordem de R\$ 22,97 bilhões. Temos os R\$ 10,19 bilhões para a segurança pública. O restante será dividido para saúde e educação.

Acredita que há risco de redução ou extinção do Fundo Constitucional do DF?*

Vamos lutar com todas as forças contra isso. Penso que não acontecerá, porque estamos lançando um movimento para que, ao contrário disso, instituições do DF e a população digam não a qualquer retrocesso em relação à nossa autonomia. Nosso foco é deixar claro que o DF não está abandonado e que esse tipo de articulação não será tolerado.

Qual é a sua opinião sobre a condução da segurança pública no dia 8 de janeiro?

Estou alinhado com a opinião majoritária da advocacia e da sociedade sobre esse assunto e resalto

que este é também o posicionamento institucional da OAB/DF: o que for apurado como ação ou omissão de agentes públicos e civis que concorreram para crimes cometidos naquele dia deve ser exemplarmente punido, cumprindo-se sempre o devido processo legal e todas as garantias constitucionais dos cidadãos e prerrogativas da advocacia. Tudo deve ser esclarecido, separando-se culpados e inocentes e individualizando corretamente as condutas.

Um problema grave que vemos é o aumento de casos de feminicídio. Por que, na sua opinião, isso vem ocorrendo?

A principal causa, a meu ver, é machismo estrutural, e temos visto uma banalização da violência em comportamentos que se ampliam por meio de redes sociais. Há a reprovação, mas, infelizmente, também mensagens que reforçam mais machismo. Então, precisamos de avanços na educação, na atenção do Estado, políticas públicas de apoio

às mulheres e crianças em situação de vulnerabilidade. É um conjunto de fatores que levam à violência e a resposta não é simples. Muita campanha de conscientização pode ajudar a reduzir essa violência.

Qual é o papel da OAB-DF para conter essa onda de violência contra a mulher?

Especialmente nossa gestão foi o primeiro grupo paritário no Brasil e a pauta da mulher é obviamente prioridade na casa. São inúmeras iniciativas, mas destaco o trabalho da CAADF, que oferece auxílio para advogadas vítimas de violência doméstica, de nossas comissões e da Fundação de Assistência Judiciária (FAJ/DF), com sua rede de apoio às mulheres. Seguiremos trabalhando intensamente na luta por essa pauta e, inclusive, aprovamos na última reunião do Conselho a criação de dois grupos de trabalho destinados a elaborarem propostas concretas na luta pelo combate à violência doméstica e o racismo estrutural. Dois grandes problemas da nossa sociedade.